



131

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004244-36.2014.8.17.0000 (0333645-6)

IMPETRANTES: José da Silva Lima (OAB/PE nº 9380)

Clayton Antonio da Silva (OAB/PE nº 35.981)

PACIENTE: José Severino da Silva Filho

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. DECRETO FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. ESTANDO PRESENTES OS MOTIVOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA, NÃO É POSSÍVEL A REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Verificando-se que o decreto constitutivo encontra-se devidamente fundamentado, não há que se falar em constrangimento ilegal, não sendo possível a sua revogação;

2. A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a manutenção da prisão preventiva, quando constatado que o paciente possui personalidade inclinada para práticas delitivas, como no caso em comento, tendo em vista que ele responde a outra ação penal, além da que deu origem ao presente *writ*;

3. Estando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, não é possível a concessão da liberdade provisória, consoante inteligência do art. 321 do Código de Processo Penal. Condições pessoais favoráveis não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar;

4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004244-36.2014.8.17.0000 (0333645-6), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no



132

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

dia 18/06/2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



133

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004244-36.2014.8.17.0000 (0333645-6)

IMPETRANTES: José da Silva Lima (OAB/PE nº 9380)

Clayton Antonio da Silva (OAB/PE nº 35.981)

PACIENTE: José Severino da Silva Filho

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

RELATÓRIO

Os advogados José da Silva Lima e Clayton Antonio da Silva impetraram a presente ordem de *habeas corpus*, em favor de José Severino da Silva Filho e indicaram como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Criminal de Ipojuca, juízo diante do qual o paciente está sendo processado nos autos da ação penal tombada sob o número 0003820-69.2013.8.17.0730.

Na inicial de fls. 02/07, os impetrantes narram que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 05/11/2013, pela suposta prática da infração penal prevista no artigo 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido).

Afirmam que na data de 12/11/2013 a defesa ajuizou pedido de concessão de liberdade provisória para o paciente, mas que em tal ocasião o magistrado processante indeferiu tal pleito e converteu a prisão em flagrante delito do referido paciente em custódia preventiva.

Relatam ainda que em janeiro do ano corrente foi atravessado novo pedido de concessão de liberdade provisória ao paciente, porém o juiz singular denegou novamente o que requerido pela defesa do paciente, sob o argumento de que há possibilidade de que este seja participante de bando criminoso.

Diante da justificativa apresentada pelo magistrado processante, os causídicos sustentam que a manutenção do paciente no cárcere se deu através de decisão carente de fundamentação idônea, bem como sustentaram que na hipótese não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar ora combatida.

1



134

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Por fim, defendem que o paciente possui requisitos subjetivos favoráveis a que lhe seja concedida a liberdade provisória.

Com esses argumentos, requereram a concessão do *writ*, para que revogada a prisão do paciente, sendo-lhe concedido o benefício da liberdade provisória.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/90.

À fl. 98 consta despacho através do qual foram solicitadas informações à autoridade impetrada, que as prestou, conforme se depreende do ofício de fls. 108/109.

Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público, tendo a ilustre Procuradora de Justiça, Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba, ofertado o parecer de fls. 124/127 pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, o presente *writ* foi impetrado tendo por escopo a revogação da prisão cautelar do paciente.

Vejamos se assiste razão à impetração.

Conforme se depreende da leitura da copia exordial acusatória, a qual se encontra acostada às fls. 110/113, o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 14 da lei 10.826/2003.

Extrai-se da leitura da referida inicial que, no dia 05/11/2013, por volta das 18h, na Rua do Campo, Vila de Maracaípe, município de Ipojuca/PE, o paciente foi flagrado portando, sem autorização e em desacordo com determinação legal, 01 (um) revólver, calibre 38, inoxidável, cabo de madeira, numeração de série J162357, contendo 06 (seis) munições de mesmo calibre, das quais 03 (três) estavam intactas e 03 (três) aparentemente pinadas.

Consta que policiais militares foram avisados pelo comandante da companhia acerca da existência de um indivíduo armado no local acima descrito



135

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

e que o mesmo desejava matar um ex-presidiário conhecido como Carlos Mineiro.

Diante dessa notícia, os milicianos se dirigiram até o lugar mencionado e abordaram o paciente, o qual, na ocasião, pegou a arma que estava na parte de trás de sua cintura e jogou por trás das cadeiras de um bar. Entretanto, os agentes perceberam a ação do mesmo e o prenderam em flagrante delito.

Perante a autoridade policial, o paciente confessou a propriedade da arma, além de informar que já havia sido preso por porte de arma e afirmar que andava portando arma porque gostava.

Assim, o paciente foi denunciado como incurso nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido).

Por sua vez, consta das informações de fls. 108/109 que a prisão em flagrante delito do paciente foi convertida em custódia preventiva, tendo em vista que o referido paciente responde a outros processos criminais perante aquela comarca, por porte ilegal de arma de fogo, como também já foi condenado por tráfico ilícito de entorpecentes.

O juiz singular frisou ainda que há informações naqueles autos de que o paciente iria assassinar a pessoa conhecida como Carlos Mineiro.

Destacou ainda o magistrado de piso que as medidas cautelares diversas da prisão não se mostram suficientes no caso em apreço, pois o paciente já descumpriu outras medidas impostas por aquele juízo.

Por fim, a autoridade impetrada informou que o feito estava no aguardo da citação do paciente, para que o mesmo ofertasse resposta à acusação.

Pois bem.

Compulsando os presentes autos, verifica-se que a segregação cautelar do paciente foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública. Confira-se trecho do referido *decisum* (fl. 118):



136

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

“(…) A custódia preventiva do acusado é medida imprescindível à garantia da ordem pública, conforme iremos demonstrar. A ordem pública é ofendida quando o agente provoca um impacto na sociedade, lesando valores importantes. No caso, podemos observar que o acusado foi surpreendido, em via pública, portando uma arma de fogo, colocando em risco à paz social. Além disso, informou o acusado em seu interrogatório policial que já foi condenado por tráfico ilícito de entorpecentes, o que ostenta uma presunção de periculosidade e justifica o seu encarceramento, mesmo diante da novel lei 12.403/2011. (…)

Portanto, a prisão do autuado demonstra-se suficientemente necessária a salvaguardar a sociedade, além de fortalecer a atividade jurisdicional no tocante a credibilidade da justiça, pois o conceito de ordem pública não se cinge apenas para resguardar a sociedade da perpetuação de delitos, mas sim também como um elemento para acautelar o meio social e afastar o sentimento de impunidade, impõe-se como necessária a prisão do autuado, já que é forte a comoção pública e a indignidade social em crimes desta natureza¹. Além disso, há informações nos autos que o autuado faz parte de um bando criminoso que lida com vários crimes sendo liderado por um indivíduo que atende pela alcunha de “estiga”, como também há notícias que no dia em que se deu esta prisão em flagrante delito ele iria matar a pessoa conhecida como “Carlos Mineiro”, não se dando graças à pronta ação da polícia. Ele, ainda, responde a um processo por porte ilegal de arma nesta Comarca e a ele foi imposta medidas cautelares diversas da prisão, todavia o autuado as descumpriu, haja vista que incorreu em novo delito. (…)” – grifos nossos.

Posteriormente, o magistrado de piso se manifestou acerca da necessidade da manutenção do paciente no cárcere (fls. 82/83) e, nesta

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 3. Ed. São Paulo: RT, 2007. p. 347.



137

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

oportunidade, consignou em sua decisão que não havia qualquer mudança no quadro fático a ensejar a soltura do paciente.

Do exposto, verifica-se que, diferente das alegações do impetrante, o magistrado *a quo* apresentou fatos concretos a ensejar a manutenção do paciente na prisão.

De acordo com as informações prestadas, observa-se que o paciente já responde a outra ação penal naquela comarca, o feito tombado sob o NPU 0003168-52.2013.8.17.0730, e, em diligências realizadas no sistema Judwin, constatou-se que, neste processo, o magistrado de piso havia lhe concedido o benefício da liberdade provisória sem o pagamento de fiança. Entretanto, o paciente, no gozo de tal benesse, foi preso em flagrante delito portando a arma de fogo acima citada, o que demonstra a possibilidade concreta de reiteração delitiva do mesmo.

Nesse contexto, vale frisar que o Superior Tribunal de Justiça entende que a garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a manutenção da prisão preventiva, quando constatado que o paciente possui personalidade inclinada para práticas delitivas, como no caso em comento. Veja-se julgado nesse sentido:

(...) 1. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, quando há notícia de que o paciente responde a outra ação penal na mesma comarca por crime diverso, o que, somado à forma como cometido o crime, bem demonstra a sua periculosidade e a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir. (...) (HC 279.112/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 05/12/2013) – grifos nossos.

Compreendo, portanto, que, diferentemente dos argumentos defendidos na inicial deste *mandamus*, as razões apresentadas pelo juízo coator para a manutenção da custódia provisória do paciente demonstram, sim, a efetiva necessidade da medida à garantia da ordem pública, razão pela qual não vislumbro qualquer ilegalidade a ser sanada.



138

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Nesse contexto, resta inviável a concessão do benefício da liberdade provisória ao paciente, tendo em vista o que dispõe a legislação penal pátria. Condições pessoais favoráveis não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar.

Remetidos os autos ao Ministério Público, a ilustre representante ministerial, Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba, ofertou parecer pela denegação da ordem (fls. 124/127). Confira-se trecho do referido posicionamento:

“(…) Assim, a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, pois neste caso está presente a possibilidade real da reiteração delitiva e deve ser observado que inexistente prova nos autos que comprove qualquer irregularidade na decisão que decretou a custódia e que não estavam presentes o *fumus boni iuri* e o *periculum in mora*, exigidos pela nossa Lei Processual Penal, em seus artigos 311 e 312 (…).”

Em face de tudo o que foi exposto, e em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator